



A AVIAÇÃO MILITAR E O LEVANTE DE SANTA MARIA

Coralio B.P. Cabeda

Assunto de interesse, sobretudo, dos pesquisadores de História.

Ao assumir o comando do Grupo de Esquadrilhas de Aviação (GEA), com sede em Santa Maria (RS), em fins de 1925, o major Constantino Martins encontrou uma unidade “que se destacava mais como uma tropa de infantaria bem aparelhada, do que como um corpo de especialistas”.¹

Tal fato, a seu ver injustificável, levou-o a ponderar ao comandante da 3ª Região Militar, general Eurico de Andrade Neves, da inconveniência da situação.

Aceitas as ponderações, foram recolhidas ao Material Bélico 400 armas e a munição correspondente. Para outras unidades, transferiram-se 100 praças, “escolhidas entre as que menos se recomendavam pela conduta”.²

Ignoramos se esses procedimentos

foram ditados por outras razões, mas eles teriam conseqüências nos futuros acontecimentos.

Quanto ao material, era bastante precária a situação do GEA, dotado de equipamento de fabricação francesa, já obsoleto, excedente da 1ª Guerra Mundial.

Como vimos em artigo anterior, *A Aviação Militar no Rio Grande do Sul em 1926*³, esse estado de coisas viria a público com a entrevista concedida pelo comandante da 1ª Esquadrilha de Bombardeio, capitão Raul Vieira de Mello, à imprensa de Porto Alegre.

Entrementes, em março de 1926, o Cmt do GEA era surpreendido pela denúncia ao Ccmdo 3ª RM, do envolvimento de oficiais da unidade com movimento revolucionário em preparo. O denunciante fora um de seus sargen-

tos, que viajara sem licença a Porto Alegre com essa finalidade.

Na agitada quadra política vivida pelo país, tramava-se outra invasão do Rio Grande do Sul por militares e civis exilados, em coordenação com levantes a serem deflagrados em várias guarnições.

Nos planos revolucionários estava prevista a cooperação da aviação militar, isto é, do GEA, repartido entre Santa Maria e Alegrete.

Enquanto se procedia ao inquérito para verificação da denúncia, foi o major Constantino Martins chamado à Região. O general Andrade Neves recebera um telegrama do Ministro da Guerra, alertando-o sobre o comprometimento do GEA com a planejada sedição, de acordo com informações recebidas do Uruguai. Drásticas eram as ordens do Ministro: que a Região “mandasse destruir os aparelhos, ocupar o Campo por um destacamento de confiança e submeter a inquérito os oficiais, remetendo presos para o Rio os que estivessem comprometidos”.⁴

Interrogado pelo Cmt Região, respondeu-lhe o major Martins considerar infundada a denúncia, não só pelo resultado do inquérito realizado, como por achar-se o GEA desarmado, impossibilitado de atuar como tropa de infantaria. Quanto aos aparelhos, bastaria retirar-lhes algumas peças essenciais para inutilizá-los provisoriamente, sem prejuízo maior à nação.

Submetidas ao Ministro essas sugestões, foram elas aprovadas.

Como medida adicional, determinou o major Martins que os vôos de

instrução não ultrapassassem os 30km em torno dos campos de Santa Maria e Alegrete. Com isso, procurava-se “firmar mais a confiança que o Grupo devia inspirar”.⁵

Tal seria a razão determinante da limitação dos vôos de instrução, alvo da inconformidade do capitão Vieira de Mello na mencionada entrevista.

Na realidade, o Grupo pouco poderia fazer em termos operacionais.

Dos 30 aparelhos de sua dotação, apenas uns 4, pertencentes à 1ª Esquadilha de Bombardeio, sediada em Alegrete, estavam em condições de voar.

Na noite de 13 para 14 de novembro de 1926, eclodia nas guarnições de São Gabriel e Bagé uma tentativa de sublevação chefiada por sargentos.

Era o desencadear prematuro do movimento revolucionário, organizado na Argentina e no Uruguai, que obedecia ao comando do general Isidoro Dias Lopes.

Por determinação do Cmt 5ª Brigada de Infantaria e Guarnição de Santa Maria, coronel Enéias Pompílio Pires, era o GEA posto de sobreaviso.

O pedido de um reconhecimento aéreo não pôde ser atendido, pois o Grupo somente contava com os aparelhos de Alegrete, um dos quais estava em Porto Alegre com o capitão Vieira de Mello.

Decidiu-se, então, enviar àquela cidade o 2º tenente Idílio Aleixo, acompanhado de mecânicos, a fim de trazer um dos aparelhos.

No dia 15, pela manhã, embarcava no “trem da fronteira” o tenente Aleixo a dar cumprimento à sua mis-

são... Decididamente, era muito precária a situação da aviação militar àquela época.

Mas, as agruras do Grupo estavam apenas começando.

Na madrugada do dia 16, revoltavam-se o 5.º Regimento de Artilharia Montado (5.º RAM) e o 7.º Regimento de Infantaria (7.º RI), sob o comando dos 1.ºs tenentes Alcides Gonçalves Etchegoyen, Nelson Gonçalves Etchegoyen, Heitor Lobato Valle e Iguatemy Graciliano Moreira. Era uma tentativa, quase desesperada, de manter aceso o facho revolucionário, comprometido pelo levante prematuro dos sargentos de São Gabriel e Bagé.

Depois de aprisionarem os comandantes da 5.ª Bda Inf, coronel Enéias Pompílio Pires, e 7.º RI, major Eliezer Abbott, os rebeldes procuraram ocupar os pontos estratégicos de Santa Maria, maior centro ferroviário do estado e, por isso mesmo, de vital importância para o sucesso do movimento.

Ao GEA, foi mandada uma intimação, assinada pelos tenentes Etchegoyen e Lobato Valle, exigindo que se definisse, sob pena de bombardeio do aquartelamento.

As instalações do Grupo, localizadas a uns 5km da área urbana, ficavam completamente enfiadas pela artilharia rebelde e, além disso, temia-se que suas praças aderissem ao movimento. Reunida a oficialidade, procedeu-se ao exame da situação; o Grupo estava praticamente desarmado, pois contava com apenas 18 fuzis *Mausser* modelo 95, 2 fuzis-metralhadoras de avião,

sem munição, e 20 bombas de 80kg, inúteis, já que não se dispunha de aviões para lançá-las...⁶

Sem condições de reagir, optou-se por uma retirada, procurando ligação com as forças legais e com o comando da Região.

A esta altura dos acontecimentos, os rebeldes enfrentavam a resistência de um temível adversário que lhes barrara o passo: o aguerrido e veterano 1.º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar do Rio Grande do Sul (1.º RC BM). Essa unidade, ainda que desfalcada de um de seus esquadrões, mandado em perseguição aos revoltosos de São Gabriel, enfrentaria com sucesso a sedição.

Procurando evitar as patrulhas revolucionárias, o que poderia ser desastroso e, mesmo, estimular deserções entre seus soldados, a tropa do GEA marchou desbordando a cidade, cortando campos e aramados. Para o sucesso da marcha, o major Martins obteve a ajuda de um vizinho, que se prontificou a servir-lhe de guia, o coronel Ramiro de Oliveira.

Figura singular a desse guia da retirada. Ramiro de Oliveira, proprietário de uma granja lindeira às instalações do Grupo, era um veterano da Revolução de 1893 e pessoa muito ligada ao situacionismo político rio-grandense. Naquela sangrenta guerra civil, coubera-lhe a missão de levar a Júlio de Castilhos, presidente do Estado, a cabeça do chefe revolucionário Gumercindo Saraiva, mandado decapitar, depois de morto, pelo general Firmino de Paula.⁷

Depois de marchar 5 léguas, foi o

Grupo pernoitar nas proximidades do Passo do Pau-a-Pique. Reencetada a marcha na manhã seguinte, alcançou-se a Estação Colônia (hoje Camobi) a meio da tarde. De lá, telegrafou-se ao Cmdo 3ª RM, participando-lhe os acontecimentos e solicitando ordens.

O mesmo foi feito em relação ao Cmdo Gu Santa Maria.

No dia 19, finalmente, retornava o Grupo ao seu aquartelamento.

Quanto ao tenente Idílio Aleixo, fora preso em Alegrete e recolhido ao quartel do 6º Regimento de Cavalaria Independente (6º RCI), conforme telegrama do Cmt 2ª DC, coronel Varella, ao Cmt 3ª RM. Com certeza, na confusão dos acontecimentos, sua missão parecera altamente suspeita...⁸

Um dissabor final ainda estaria reservado ao major Constantino Martins: o ofício remetido ao Cmt Gu Santa Maria por um de seus sargentos, acusando-o de ter, “diante da intimação dos rebeldes, dispersado todo o Grupo e se dirigido com os oficiais e algumas praças para a estação mais próxima, a fim de embarcar para Porto Alegre, ficando, conseqüentemente, no mais completo abandono muitas praças e o quartel”.⁹

Os revoltosos, não tendo conseguido dominar a cidade, graças à atuação do 1º RC BM, abandonaram-na ao amanhecer do dia 17, seguindo no rumo de Caçapava. Com sorte vária, a sedição duraria até ao final do ano, quando cruzaram a fronteira, internando-se no Uruguai.

No que respeita à aviação militar, não teve qualquer outra participação nos acontecimentos.

O levante de Santa Maria revelou a sua real situação. Praticamente desaparelhada, pouco poderia fazer em caso de guerra.

Sua briosa oficialidade, com toda a certeza, sofria com isso e a inconformidade está muito bem expressa na citada entrevista do capitão Vieira de Mello.

O desaparelhamento das forças armadas teve muito a ver com a insatisfação reinante nas casernas durante a década de 20 e foi uma das causas de tantas sublevações tenentistas.

Os oficiais do GEA continuaram a prestar bons serviços ao Exército e, mais tarde, à Força Aérea Brasileira, onde alguns alcançaram o generalato.

Como homenagem a esses precursores de nossa aviação militar, declinamos os seus nomes dos que então serviram em Santa Maria:

major Constantino Martins (Cmt), capitão Samuel Ribeiro Gomes Pereira (Cmt Cia Parque 3ª RM), capitão Gervásio Duncan de Lima Rodrigues (observador), 1º tenente Sady Cahen Fischer (médico), 1ºs tenentes Salustiano Franklin da Silva, Antônio Fernandes Barbosa, Archimedes Cordeiro e 2º tenente Idílio Aleixo (pilotos), 2ºs tenentes comissionados João Luiz Sobrinho e Renato Bittencourt da Costa.

NOTAS

1. Relatório do major Constantino Martins, Cmt GEA, ao Gen Bda Francisco de Borja Pará da Silveira, encarregado do IPM, 28.11.1926.
2. Relatório do major Constantino Martins, cit.
3. Cabeda, Coralio B.P., *A Aviação Militar no*

Rio Grande do Sul em 1926, in A Defesa Nacional, nº 745, Set/Out-89, págs. 152 a 157.

4. Relatório do major Constantino Martins, cit.
5. Relatório do major Constantino Martins, cit.
6. Depoimento do capitão Gervásio Duncan de Lima Rodrigues, IPM, 1º vol., págs. 152 e 152 v.

7. Reverbel, Carlos. *Maragatos e Pica-Paus, Guerra Civil e Degola no Rio Grande*, L&PM Editores, 1985, Porto Alegre, págs. 70 a 74.
8. Telegrama do Cel Varela, Cmt 2ª DC, ao Cmt 3ª RM, Uruguiana, 16.11.26.
9. Relatório do major Constantino Martins, cit.



CORALIO BRAGANÇA PARDO CABEDA — natural de São Gabriel (RS), economista formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1967); técnico do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE); ex-bolsista da OTCA (Japão); sócio efetivo do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul e do Círculo de Pesquisa Literária (CIPEL), de Porto Alegre, do qual foi Presidente em 1987/88. Prestou serviço militar no 3º BECmb (Cachoeira do Sul, RS). Medalha Marechal Hermes concedida através da Portaria 2.306, de 11.11.1962, do Ministro da Guerra.